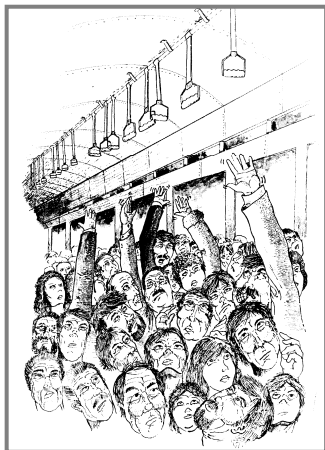


Repensar–reconstruir com os jovens a fé e a vocação cristãs**«EDUCAR-NOS», NARRANDO A «PRÓ-VOCAÇÃO» DE DEUS**

José Luis Moral



“[Perante a tentação da rejeição ou do ressentimento] os católicos devem aceitar sem vacilar o contexto cultural moderno, caracterizado em particular pelo estabelecimento da laicidade. [Por isso], refutamos qualquer tipo de nostalgia de épocas passadas nas quais o princípio de autoridade parecia impor-se indiscutivelmente. Não sonhamos um impossível retorno à chamada época de cristandade. A crise que sofremos não se deve fundamentalmente ao facto de alguns grupos de cristãos terem perdido a fé... e as nossas dificuldades actuais também não podem ser atribuídas à hostilidade dos adversários da Igreja... A crise que a Igreja vive deve-se, em boa medida, aos contragolpes de um conjunto de mudanças sociais e culturais, rápidas e profundas, de alcance universal. Está em curso uma transformação do mundo e da sociedade: um mundo desaparece e outro emerge, sem que para a sua construção existam

modelos pré-estabelecidos. Particularmente na Europa, a Igreja encontra-se profundamente ligada aos métodos antigos e à imagem de um mundo que está a desaparecer. Não só estava bem situada, mas também tinha contribuído grandemente para a formação dessa imagem; só que a nova imagem do mundo que é preciso construir escapa-nos”.

BISPOS DE FRANÇA

Propor a fé na sociedade actual. Carta aos católicos de França, n.º 2

1 REPENSAR**Como viver hoje a fé para que seja uma «proposta credível»?**

- 1.1. Mudanças radicais na experiência humana
- 1.2. Pluralismo e duas sensibilidades diferentes
- 1.3. Secularidade, autenticidade «a-religiosa» (laica) e autenticidade religiosa
- 1.4. Tempo germinal: descentrar-nos e «descentrar a Igreja»

2 SENTIR**A «pró-vocação» e uma «nova aliança» com os jovens**

- 2.1. A «pró-vocação» de Deus na vida humana
- 2.2. Mais vítimas do que culpados: como são, o que desejam e como nos provocam os jovens
- 2.3. O desafio fundamental: uma «nova aliança» com os jovens

3 RECONSTRUIR**«Educar-nos» reconstruindo com os jovens a fé e a vocação cristãs**

- 3.1. «Praticar Deus» (teo-lógica) e narrar a experiência cristã
- 3.2. Orientação vocacional, acolhimento incondicional e procura de sentido
- 3.3. «Educar-nos» com os jovens enfrentando a vida colectiva (relações)
- 3.4. Cidadãos na Igreja, cristãos no mundo: sentido, justiça e «gratuidade salvífica»

Será que as pessoas modernas – ou pós-modernas – ainda podem ser cristãs, sem sofrer um quebrantamento da sua consciência? Por outras palavras, é possível que o cristão seja uma mulher ou um homem moderno sem perder por isso a sua identidade? Em conclusão: como

viver e propor a fé cristã sem deixarmos de ser contemporâneos? Os títulos e subtítulos das diversas intervenções evidenciam claramente a direcção da resposta: em princípio, há que repensar, reconstruir e, sobretudo, temos que «educar-nos com os jovens», ao mesmo tempo que, enfrentando seriamente a situação, acolhemos e narramos – com as novas chaves da vida contemporânea – a permanente «pró-vocação» de Deus a todo o ser humano.

1 REPENSAR

Como viver hoje a fé para que seja uma «proposta credível»?

«Tudo começou com uma experiência», assim compendia E. Schillebeeckx os inícios do cristianismo. A experiência dos primeiros discípulos foi tão profunda e especial que tinha de ser contada, justamente quando o projecto do seu mestre parecia totalmente fracassado, com a certeza de que Jesus continuava vivo e actuando através das suas vidas. A história foi-se repetindo até aos nossos dias: tantas pessoas, ao longo de vinte e um séculos, foram concretizando uma experiência semelhante, através da qual se identificavam como cristãos. Depois de um primeiro período de dificuldades, a narração e experiência cristãs desenvolveram-se sem grandes problemas durante uns 1.500 anos. Chegou um momento, no entanto, em que as suspeitas sobre uma e a outra se multiplicaram.

O certo é que hoje, depois dos numerosos avatares do processo, não são poucos os que acabam por não *acreditar* na história que a Igreja católica relata; e cada vez são menos aqueles que *fazem* a experiência que serve de base à fé cristã. Por complexo que seja o tema, e é-o de facto, não é demasiado complicado nem difícil explicar a *raiz mais elementar* do porquê de ambos os fenómenos: por um lado, a fé cristã continua a narrar-se com formas, linguagens e símbolos antigos, literalmente *incríveis* para as mulheres e homens modernos; por outro lado, e dependendo do anterior, as experiências humanas hodiernas não estão em sintonia com a cristã.

Quem não experimentou já uma sensação de triste irrealidade ao assistir a alguma das nossas celebrações religiosas, ou ao ler documentos de realização incomparável? Como é possível não se assombrar perante a organização, as estruturas e as relações no interior da Igreja...?

1.1. MUDANÇAS RADICAIS NA EXPERIÊNCIA HUMANA

«As circunstâncias da vida do homem moderno no âmbito social e cultural mudaram profundamente, tanto que se pode falar com razão de uma nova época da história da humanidade» (GS 54). As palavras da *Gaudium et spes* tornaram-se curtas. Com efeito, depois de quase 50 anos, somos capazes de reconhecer o modelo ou paradigma explicativo global da «época passada», mas –como constatavam recentemente os bispos franceses – “o novo... que é preciso construir escapa-nos”.

- Os comentários sobre questões sobejamente conhecidas são muitos. Mas basta uma formulação telegráfica: a transformação radial da experiência e da cultura funde as suas raízes na ideia de autonomia, que está na base de todos os processos modernos; a ela associa-se a historicidade, sem dúvida a pegada mais vivamente marcada na consciência contemporânea; a liberdade e a secularização, unidas ainda assim à ciência e à técnica, completam este elenco sucinto das mudanças fundamentais que provocam o salto paradigmático desde uma visão estática (pré-moderna) a outra dinâmica (moderna).
- A experiência cristã, a sua narração ou as fórmulas de fé nasceram dentro de um *horizonte cultural estático*. Uma concepção abstracta (e essencialista) da realidade onde tudo estava

estabelecido desde o princípio, onde até o movimento vinha já determinado e não admitia desvios. Sob esta perspectiva, a criação e a história humana eram pensadas como perfeitas e completas; de tal forma que o mal e as imperfeições se retinham como acontecimentos negativos posteriores (o pecado) ou causados pela intervenção de agentes perversos (o demónio). Para uma cultura assim, qualquer novidade só podia despertar suspeitas: a perfeição do homem estava no princípio (o paraíso); e o que conta é o retorno às origens ou a restauração do passado (a redenção).

- A modernidade introduziu-nos numa *visão dinâmica*: a perfeição já não está no início mas no fim do caminho evolutivo e, para descobri-la, não se deve olhar tanto para trás, mas antes orientar os olhos para a frente, projectar-se no futuro. Para uma visão deste tipo, o tempo ou a história adquirem um valor extraordinário: mais do que uma sucessão de coisas, compõem a estrutura profunda de tudo o que acontece, a íntima realidade do próprio ser humano. No século XX, esta visão move-se drasticamente ao verificar-se a chamada «reviravolta linguística»: um salto qualitativo que transforma profundamente a relação antiga de «linguagem–realidade–verdade». Perante o perfil clássico da palavra humana como uma espécie de participação na linguagem do criador, voz da verdade e imagem perfeita das coisas ou reflexo das ideias divinas, impõe-se a «perspectiva hermenêutica»: ver é interpretar, conhecer é interpretar; e... ninguém conhece as coisas tal como são, todos interpretamos!
- Vencemos assim o «absolutismo», mas existe um novo perigo: o relativismo. No entanto, não se trata só por si de relativismo mas sim de «relatividade», de relação (nada o é em absoluto, mas sim na história e nas suas relações...). Existe, por isso mesmo, um «pensamento débil» que escrutina a relatividade humana perante qualquer *absoluto terrestre* – seja este social, político ou religioso; um pensamento débil que não canta a «vitória do nada» mas antes se apercebe da presunçosa arrogância do «pensamento forte» que esquece a condição do homem¹.

1.2. PLURALISMO E DUAS SENSIBILIDADES DIFERENTES

Simplificando – até com uma certa desmesura, para efeitos de brevidade –, afinal o melhor bilhete de identidade da cultura e sociedade contemporâneas é o pluralismo; algo tão óbvio que não vale a pena documentar. Por outro lado, identificar o actual contexto social e cultural com o pluralismo significa, antes de nada, reconhecê-lo como suporte ou realidade de facto na qual convivem e até rivalizam entre si, com naturalidade, distintas visões do mundo. Além disso, o pluralismo não é fruto dos caprichos da modernidade, mas sim resultado da convergência e divergência de numerosos factores particulares, através dos quais acaba por se revelar como exigência enraizada na natureza pluralista da realidade.

O certo é que a fé e a religião cristãs não se enquadram bem nesta paisagem pluralista. Isso torna-se evidente nas relações pouco fluidas do catolicismo com o pensamento e cultura contemporâneos, as permanentes discussões e conflitos entre o poder político e as autoridades religiosas e, pior ainda, a indiferença das jovens gerações em relação à Igreja. Nesse sentido, o propósito do último Concílio de conferir à experiência cristã um rosto vivo e actual ain-

¹ Obviamente não estou a assumir-me como pós-moderno. Nada mais longe da minha posição e intenções. A modernidade está obrigada a (re)pensar-se a si mesma, começando por rever os motivos da actual pós-modernidade que, sem dúvida, correspondem a uma insuficiente consolidação dos valores que prometia. A este propósito, e afastando os seus excessos de arbitrariedade e relativismo, a pós-modernidade radicaliza a desconfiança na orgulhosa racionalidade moderna, em nome da qual se perpetraram tantos excessos. Ainda assim, não me vou adiantar no significado do que alguns denominaram como um «não conceito», assim como também não aspiro a meter-me na polémica acerca da realidade ou menos da pós-modernidade (seja como for, a base da identidade sempre será moderna). Considero-a simplesmente como uma «prolongação crítica» da modernidade, no sentido em que reelabora e reinterpreta ou pretende ser uma *reescrita da sociedade e cultura modernas*; sem me entreter na descrição do «desencanto» que deixam transparecer as recomendações alternativas que nos aconselham, nem aprovar a destituição do sentido em benefício da metamorfose (da qual alardeiam algumas vozes pós-modernas... sem nenhum valor).

da está longe, ao mesmo tempo que aumenta a urgência em repensá-la e reconstruí-la com categorias e práticas que recriem a vida e revitalizem a esperança dos homens e mulheres dos nossos tempos.

Enfim, como resultado imediato do que foi dito na parte precedente, uma vez mudada radicalmente a experiência humana, a fé e a religião não estão (em grande medida) em sintonia com a sensibilidade do homem moderno e deixaram de corresponder às suas questões vitais; as formulações e celebrações transformaram-se praticamente em aspectos impossíveis de correlacionar com a existência quotidiana.

- Para começar – sirva a esquematização – encontramos duas experiências e explicações básicas, às quais normalmente nos agarramos para viver: 1/ A visão global ou «cosmovisão secular» que, assentada na confiança na razão e racionalidade do real, se inclui nos processos históricos de humanização com graus de implicação muito diversificados; 2/ A «cosmovisão religiosa» que, como instância final, envia a «fé em Deus» como garantia da *confiança radical* necessária para encarar a vida. Frequentemente, alguns humanistas do 1/ apelidam de fideístas os crentes do 2/; e estes últimos apelidam de redutores os primeiros.
- Vemo-las com duas sensibilidades diversas e, sobretudo, uma que encaixa às mil maravilhas num universo simbólico moderno e outra que encontra sérias dificuldades em fazê-lo. É por isso que ao homem moderno não parecem inquietar demasiado as questões da descrença ou da indiferença religiosa. Não porque seja mau; simplesmente porque, à primeira vista, a sua sensibilidade não detecta nelas matéria à qual atender prioritariamente; além disso, aparecem como temas superados, típicos de uma mentalidade pré-moderna e inconsistentes por serem obsoletos. Vive preocupado e ocupado com outras prioridades. Por outro lado, o cristão pensa – não sem certas dúvidas dado o cariz que os factos assumem – que precisamente nelas se joga grande parte do futuro humano.
- Certamente aqui, na existência desta dupla sensibilidade contraposta, reside o problema básico, e não tanto nas bifurcações de crença e descrença, interesse ou indiferença. Antes de nada, pela simples razão de que todos «vivemos de fé», cada qual com a sua, seja esta religiosa, simplesmente racional, humanitária ou mera acomodação interessada. Perante qualquer uma delas, a mentalidade moderna instrui-nos para que todos – cristãos ou não cristãos e seres humanos religiosos ou a-religiosos, autênticos ou nem por isso – aceitemos a revisão constante e a confrontação racional, aberta, das bases sobre as quais se apoia essa *fé vital*.
- O cristianismo em geral, e a teologia em particular, devem levar a sério esta contraposição de sensibilidades, porque a crise que dá origem à modernidade consiste precisamente nisso: em pôr em causa a identidade cristã forjada, desde os mais profundos fundamentos, com experiências e formas incapazes de integrar o legítimo e irreversível processo moderno de autonomia. O concílio Vaticano II quis mudar as correntes, mas a ruptura entre cristianismo e mundo contemporâneo continua lá, na praxis da vida quotidiana do homem e mulher do nosso tempo, e nem conseguimos esquemas interpretativos que o expressem perfeitamente. O mal-estar religioso da nossa cultura, particularmente os efeitos sentidos pelos cristãos, é agitado por ondas de *despreocupação* religiosa, que nem oxigenam a cultura nem apoiam as convicções pessoais.

1.3. SECULARIDADE, AUTENTICIDADE «A-RELIGIOSA» (LAICA) E AUTENTICIDADE RELIGIOSA

Esses e muitos outros dados reclamam uma nova justificação e colocação do cristianismo nas sociedades pluralistas e democráticas. O tema da colocação e justificação da presença pública da religião católica nesse *contexto secular* constitui um problema, se não um

obstáculo, que certamente condiciona muito negativamente a transmissão da fé às novas gerações, até situá-la numa espécie de beco sem saída ao qual só alguns têm acesso.

Dito isto – e perdoem-me novamente a esquematização –, voltamos então às duas sensibilidades ou, por outras palavras, às duas experiências e explicações básicas às quais normalmente nos agarramos para viver: a «cosmovisão secular» e a «cosmovisão religiosa». Ambas as posições têm os seus próprios problemas, mas também múltiplos elementos positivos. A seguir concentro-me nestes últimos, tentando enfatizar os rasgos de autenticidade tanto da visão laica como da religiosa; suponho assim a existência de «pessoas autênticas religiosas» e «pessoas autênticas a-religiosas», havendo também lugar para as não-autênticas tanto religiosas como a-religiosas.

□ AUTENTICIDADE LAICA

Um «ser humano autêntico a-religioso», antes de nada, assume as questões religiosas de um modo não religioso, ou seja, interpretando com argumentos naturais e só intramundanos seja a origem do nosso universo, seja o fundamento ético das acções humanas e, definitivamente, encarando com coragem a aceitação da morte. Uma mulher ou homem a-religiosos, com honestidade, afirmam como existência moralmente boa ou concretizada a vida simples em harmonia com a condição humana; em suma, uma autêntica vida concretizada que assume o horizonte da finitude como outra forma de «vida eterna».

Um ser humano autêntico e a-religioso também não fecha a porta à transcendência e ao sentido do sagrado, não obstante estar convencido de que a realização ou o fracasso da vida já não se medem em termos de transcendência ou d' «o sagrado» exterior a nós mesmos. Hoje em dia a *transcendência*, com efeito, remete não tanto para o fundamento de um ser supremo como para o horizonte de sentido associado à humanidade: o novo modelo de transcendência não remete a um plano superior, já não está dominado por um «mais além radical», mas mora na própria humanidade e consciência das pessoas. A originalidade reside no facto de que os valores da verdade, da bondade, da beleza, da justiça e do amor, embora deixem de se fundamentar na divindade, não perdem o seu carácter *sagrado* (isto é, afastado da possibilidade de manipulação ou de qualquer tipo de cálculo utilitarístico): não somos nós a inventá-los, nem podemos dispor caprichosamente deles; de modo que, neste aspecto, o sagrado pertence à mesma estrutura da consciência humana. E, se por um lado não podemos conhecer «o sagrado» como conhecemos «o natural» ou profano, ainda assim podemos reconhecê-lo: refere-se ao mais valioso, inviolável e «incondicionado» que há em nós, ou seja, a humanidade pela qual cada um pode reconhecer-se nos outros. Por essa razão, os «direitos humanos» constituem o novo texto sagrado comum, e já não a «revelação divina».

□ AUTENTICIDADE RELIGIOSA

Não vou entrar directamente no tema, mas tento apenas pôr em evidência a forma como a mudança radical que a experiência humana sofreu nos últimos séculos envolve a busca de uma nova justificação da presença social da religião, para entender assim em que direcção encontrar o «homem autêntico religioso». Com razão dizia E. Fromm que, na actualidade, “a questão não é religião ou não religião mas sim que tipo de religião, se é uma que contribui para o desenvolvimento do homem e das suas potências especificamente humanas, ou uma que as paralisa”.

Uma típica concepção paralisante da religião, então, é a que consiste em concebê-la como algo exterior, como «vinda de fora» ou caída do céu (mandada por Deus) para remendar as coisas da terra, algo celestial que se sobrepõe ao terreno: à razão acrescenta-se «o revelado»; à vida profana, «o sagrado». Originamos deste modo um falso conflito de interesses entre religião e vida humana – entre Deus e o homem –, frequentemente rematado com a

ideia de que, por vezes, Deus e a religião exigem o sacrifício da inteligência e vontade humanas.

Para a mulher ou o homem «autêntico-religioso», por outro lado, a religião nasce dos anelos, buscas, angústias e ilusões da entranha humana e consiste em elaborar um «projecto de existência» que sugira pautas de conduta perante tudo isto. É precisamente isto – de um ou outro modo – o que devem fazer o resto das pessoas ou grupos que não contam com a religião. Todos teremos de enfrentar a mesma realidade, pelo que “a religião é uma resposta específica, mas não por interpretar uma realidade particular que afectaria apenas o crente; não, a sua especificidade radica no facto de *interpretar de determinada maneira a realidade comum a todos*. Por isso a sua resposta, se for válida, é-o tanto para o crente como para o não-crente. Passa-se exactamente o mesmo com a resposta contrária” (A. Torres Queiruga).

1.4. TEMPO GERMINAL: DESCENTRAR-NOS E «DESCENTRAR A IGREJA»

“No contexto cultural e espiritual do nosso tempo, a fé cristã encontra-se numa situação geral de voltar a começar. Quem diz «voltar a começar» está a falar de um processo simultâneo de morte e renascimento. Assistimos, efectivamente, ao fim de um mundo que é o final de um certo cristianismo. E, no entanto, não é o fim do mundo nem do cristianismo. Trata-se de um tempo germinal, com tudo o que implica em termos de lamento, de sofrimento e também de satisfação pelo que morre, e ao mesmo tempo de incerteza e esperança pelo que nasce” (A. Fossion).

Então, *que cristianismo, que Igreja; que comunidades e que gerações novas de cristãos queremos?* Tudo nos conduz até aqui; em boa medida, tudo pende desta interrogação para a qual não chegamos a encontrar uma resposta adequada.

- Uma dupla preocupação inicial, a este respeito: 1/ Devemos viver a fé no nosso tempo e cultura, e não podemos aceitar visões da mesma que à mulher e ao homem de hoje se apresentem como pueris, absurdas ou sem sentido; 2/ Ao mesmo tempo, precisamos de recuperar a experiência original que está na base da vivência e da confissão de fé. Já não serve de nada apelar apenas à autoridade de Deus («que não pode enganar-se nem enganar-nos») para justificar a fé; temos de invocar, antes, a credibilidade dos conteúdos revelados pelo que, em última instância, com a fé devemos orientar-nos para a correlação, ou seja: que *ajuste* existe ou como ligar coerentemente a realização plena do homem e a experiência-existência cristãs?
- Esta interrogação contém em si duas urgências particulares que, nomeadas provocadoramente, seriam: a reconstrução da religião e a *descentralização* da Igreja que, obviamente, passa pela descentralização pessoal e que tem que ver, sobretudo, com a centralidade do Reino. Detenho-me apenas nesta segunda urgência.

□ JESUS, REINO E IGREJA

Nesta situação germinal..., a primeira coisa que temos de fazer é virar os olhos para as origens, para Jesus. Em relação ao que agora nos interessa, existe uma confluência geral entre os especialistas em considerar que o Reino constitui o eixo do Evangelho, pelo que tanto a identidade pessoal dos cristãos como a colectiva das comunidades, ou a praxis no seu conjunto, devem ser pensadas à luz do mesmo, aceitando que esta centralidade se mostrou conflituosa na vida de Jesus e não deixará de sê-lo na da Igreja.

- *O centro da mensagem de Jesus é o Reino*. No entanto, o reino não é só a medula da sua pregação, mas também a causa da sua vida: pelo Reino se explica a sua extraordinária liberdade perante a lei ou a denúncia de toda a injustiça e mentira; para expressar o «reinado de Deus» faz-se companheiro dos mais fracos e aproxima-se dos pecadores; enfim, o projecto de

humanidade que comporta o Reino é, ainda assim, o correlato da oração-diálogo de Jesus com Deus (cf. Mat. 6,9-13; Mar. 14,32-42).

- Pouco a pouco, lamentavelmente, a dupla identidade e referência básicas do Reino –ou seja, a vida, e para todos – vai-se desviando do seguinte modo: o povo, como destinatário principal, é substituído pelos «chamados» a um seguimento mais próximo; e até o mesmo Reino se transfere da vida para a virtude. Instauram-se, desta forma, duas mudanças fundamentais que graficamente podem reflectir-se em passos (de retrocesso, por recuperar a religiosidade anterior a Jesus) que conduzem, respectivamente, *do povo aos escolhidos* e *do Reino à virtude*.

□ VOLTAR AO REINO, DESCENTRAR-NOS E «DESCENTRAR A IGREJA»

O desenlace conclusivo parece mais que forçoso: é preciso «voltar ao Reino» para redescobrir essa *descentralização* pessoal e comunitária que guie a experiência para uma comunidade cristã e humana mais justa, de maneira a cuidar de todos e devolver «esperança de vida» às pessoas mais pobres e sofredoras; aos jovens no nosso caso. É preciso *voltar ao Reino* para repensar desde aí tanto a identidade-espiritualidade como a acção-comunicação de uma maneira diferente: desde a vida do povo – mais que desde a interioridade (selectiva) de uns poucos protagonistas – e como Jesus falava do Reino, ou seja, transparecendo um Deus que não quer que os seus filhos sofram, nem exige mais do que as forças podem dar, mas antes deseja uma existência feliz para os seres humanos.

2 SENTIR

A «pró-vocação» e uma «nova aliança» com os jovens

A experiência cristã fundamenta-se e remete para a fé; mas crer deve conjugar-se com ser e *resultar* credível. Pôr em causa as bases com as quais se recortava essa experiência deixou a descoberto uma *cultura religiosa* ocupada em custodiar uma tradição carregada de formas cada vez mais difíceis de compreender e obstaculizada com o peso de uma instituição em grande medida ainda sacralizada. Fatalmente, em semelhante panorama, o próprio Deus fica desacreditado aos olhos de uma *cultura secular* que discorre com agilidade por binários de autonomia e liberdade, estimulada pelas ciências, etc.

2.1. A «PRÓ-VOCAÇÃO» DE DEUS NA VIDA HUMANA

A nossa cultura tem razão quando exige que, para crer, Deus deve ser e *resultar credível*. Por sorte, o Deus manifestado em Jesus Cristo demonstra essa credibilidade com razões de peso: o amor é a prova de Deus, a razão da sua credibilidade incontestável.

- Somos seres desejados por Deus, com um destino divino: esta é a fé de Deus, a fé que Ele tem em nós. Deus provoca a nossa liberdade com um projecto de amor enraizado no mais profundo de cada existência pessoal, por isso dizer «sim» à vida, à permanente inquietude que comporta, ou seja, dizer «sim» à realidade humana mais íntima e radical, é já um «sim» a Deus, é já fé do ser humano ou, melhor, resposta autêntica à fé que Deus tem em si próprio.
- O amor gratuito, incondicional e salvador de Deus é, no fundo, a maior **PROVOCAÇÃO** que contém a realidade. Provação num **SENTIDO DUPLO**: por um lado, Deus expressa-nos o seu amor para *provocar-nos*, semeando assim a inquietude e insatisfação permanentes que acompanham todo o discorrer humano; por outro, esse amor constitui também a *provação* ou a *primeira chamada* de Deus, o suporte da vocação de qualquer pessoa humana.

- Nem é preciso referir que essa prévia iniciativa amorosa e essa chamada universal, por tantas causas humanas, ou acabam por ser ignoradas ou praticamente desconhecidas, estimulando as respostas mais generosas e atrevidas. Duas conclusões ou implicações elementares saltam igualmente à vista nesse respeito:
 - 1/ Nenhuma vocação cristã específica aflora, nesse ponto de vista, como «escolha por selecção» ou «chamada dos escolhidos»; em vez disso, o Deus que nos oferece tudo, incluindo o dom da fé, e que nos apoia sempre, ainda assim espicaça-nos e provoca a resposta da fé com a *tensão* e a intrepidez com que cada um esteja disposto a dá-la.
 - 2/ A pastoral (mais particularmente, a pastoral juvenil ou a praxis cristã com os jovens), além de se colocar no horizonte do Reino, deve canalizar as suas propostas (*vocacionais*) recalçando o tema da fé como resposta à provocação de Deus, às instigações da vida e da história através das quais se nos revela esse *amor desafiante* e salvador; desde essa óptica, anunciar o Evangelho não consistirá tanto em solicitar a fé em Deus às jovens gerações, mas em apresentar e tornar credível a assombrosa fé que Deus tem em todos os seres humanos.
- Definitivamente, responder ao Deus que nos provoca não é tanto uma questão de descobrimento e afirmação da divindade, mas uma resposta à realidade humana primordial. Embora *dom*, a fé manifesta-se nessa resposta e, em especial, Deus assume todo o «sim» a essa realidade humana como se fosse um «sim» a Si mesmo, apesar de o ser humano poder ignorar quem entrega o seu «sim» ou até mesmo considerar que Deus não tem nada que ver com isso. E o Deus de Jesus de Nazaré «não cria para ser servido, mas antes, e se quisermos falar assim, para servir-nos Ele a nós mesmos», ou seja, interessa-lhe muito mais que os seres humanos levem adiante o seu projecto que o simples reconhecimento do autor do plano.

É por isso que, cabalmente, o *humano autêntico* representa o *critério comum* de qualquer acção, eclesial e pastoral incluídas. Critério que, na nossa perspectiva cristã e dirigida aos jovens, deve poder-se ler como «critério ético» – para assinalar a linha de comportamento que rejeita de raiz o que possa contradizer a humanidade – e, ao mesmo tempo, como «critério místico» – por integrar, dentro da autenticidade, a abertura à transcendência. É a humanização, sem dúvida, o «terreno comum» para redefinir a união entre fé e vida, cultura e evangelho, e designa da melhor forma possível o objectivo específico de uma praxis cristã consciente da situação dos jovens: a rota da humanização para crescer e amadurecer de tal maneira que se favoreça e se inclua em si a experiência da fé. Ao fim e ao cabo, crer significa amar... com tanta intensidade as pessoas, as coisas e o universo que se torne impossível declará-los um simples jogo de sorte e necessidade, ou um absurdo a suportar da melhor maneira possível.

2.2. MAIS VÍTIMAS DO QUE CULPADOS:

COMO SÃO, O QUE DESEJAM E COMO NOS PROVOCAM OS JOVENS

Disponho-me a falar «dos» jovens, consciente do perigo: em geral, falamos mais «de» do que «com» eles e, quando fazemos o primeiro, esquecemo-nos de que mesmo falar dos jovens não é fácil, porque – afinal de contas – a maioria de nós não somos jovens e pomo-nos a falar de pessoas que seguramente prefeririam falar por si mesmos, embora não estejam muito habituados a fazê-lo. É difícil chegar a convencer-se de que muitas das coisas que o jovem pensa ou faz não são entendidas por quem não é jovem, a não ser depois de um profundo processo de *empatia* e *compaixão*, não sendo infrequente ficar a meio do caminho, ou seja, em formas mais ou menos dissimuladas de *paternalismo* ou simples *pena*.

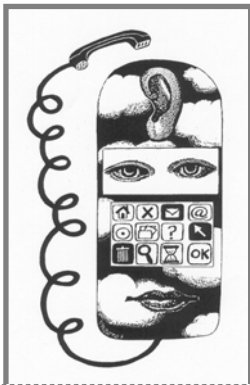
Além disso, o nosso momento histórico pode ser com razão denominado um tempo de *mudança de época* precisamente porque, por assim dizer, está a nascer um «homem inédito»,

um novo modo humano de ser e viver. Assim, os jovens antecipam em si mesmos – dolorosamente, como em qualquer antecipação – este nascimento. O seu esqueleto e a sua carne já não são os nossos, contêm em si a matéria nova (um tanto sem forma, uma vez que nos encontramos no meio de um processo por concluir). Neste sentido, bem podemos considerar que são «mais vítimas que culpados» de como e quanto vivem, sem que por isso queira suprimir a parte de responsabilidade que lhes corresponda.

Apesar de tudo, à partida estamos perante uma **JUVENTUDE FELIZ**, perfeitamente integrada na sociedade e que fez do consumo e do ócio as peças chave de identificação. Existem sem dúvida grandes diferenças entre os países ricos e pobres, mas uma boa maioria dos jovens manifesta estar contente com a vida que leva; poucos afirmam contar com menos liberdade do que aquela que deveriam ter, e existe até um número bem significativo que considera ter mais do que a necessária. Obrigados a permanecer (por razões estruturais óbvias de âmbito socioeconómico) no *ninho* familiar e a prolongar a juventude, longe de incomodar-se, acomodam-se a essa *autonomia truncada* e, fazendo da necessidade virtude, trocam o tradicional processo de identificação pelo de experimentação, integrando como podem esse seu «ser de pessoas material e simbolicamente dependentes». Mas uma situação como esta não deixa de constituir uma fonte de desajustes importantes a curto e a longo prazo.

↳ Dito muito sinteticamente (talvez mais do que o permitido), eis como podíamos expor uma primeira fotografia de rosto dos jovens (particularmente daqueles ocidentais):

- Jovens felizes e *felizmente instalados* na quotidianidade... (prolongamento-permanência em família: «autonomia truncada»).



- *Identidade*: já não guiada por modelos ou ideais, mas sim construída por «experimentação» (identidade aberta, importância do «seu tempo» – ócio e tempo livre – e... os amigos).

- «Lógicas vitais: «**DUPLA VINCULAÇÃO**» (obedientes ao longo da semana; transgressores durante o fim-de-semana) e «**IMPLICAÇÃO DISTANCIADA**» (reconhecem e estimam os valores que valeriam a pena, mas não estão dispostos a fazer o esforço para alcançá-los...).

- *Centros vitais*: família, amigos, «noite», diversão e consumo.

- «Obra morta» (*imagens de superfície*) vs «obra viva» (*imagens profundas*). Entre as primeiras, conjunto de imagens planas, de tópicos, etc. Muitas vezes, infelizmente, falamos dos jovens concentrando-nos apenas nos seguintes três aspectos – mais ou menos negativos: 1/ *Parâmetros da sua visão do mundo*: rejeição dos sistemas e amnésia perante a história (vivem do *zapping*, não têm um saber sistemático, compõem uma «geração sem memória»); perderam a percepção do futuro, são presentistas...; 2/ *Busca da auto-realização possível*: são vitalistas, no sentido de querer tudo de modo imediato e pessoal; buscam a felicidade aqui e agora, e querem agarrá-la no âmbito privado, mais do que referi-la a conquistas colectivas...; 3/ *Perspectivas éticas*: enquadradas no passo da chamada «ética da perfeição» à da «satisfação»; enfim, o verdadeiro sentido moral não conta demasiado nas suas vidas; incapazes de perceber a norma, alheios à culpa, nada é bom ou mau desde que as circunstâncias não o pintem de uma ou de outra cor...

□ METÁFORA

Ideias e imagens superficiais como as citadas costumam impedir-nos de captar um aspecto da sua existência mais importante do que aquilo que definimos como «realidade»: a *metáfora da mudança* que os jovens encarnam. Ou seja, com as suas formas de comportamento fazem-nos chegar uma mensagem clara e aguda, a das queixas pelo mau estado em que

lhes queremos deixar o mundo (guerras, injustiça, falta de sentido, etc.). A folha de serviço dos adultos não está muito limpa. Neste sentido, *a maior denúncia que os jovens fazem à nossa civilização está no desinteresse que mostram por ela*. Não tentam sequer acusar ou atacar: simplesmente ignoram as suas instituições, as suas vozes. Seguem o seu caminho, sem se preocupar muito com as direcções que tomam, na condição de não repetir as de antes, as dos adultos, que já sabem aonde conduzem. À sua maneira, a juventude diz-nos que **OS ADULTOS QUE SOMOS NÃO LHESS INTERESSAM**. Carregadas de cepticismo, pluralismo e adaptabilidade, as gerações jovens percebem nas instituições da sociedade adulta e nos seus quadros éticos de referência entidades que mantêm as fachadas sem ter quase nada por trás, como estruturas e princípios nos quais essa mesma sociedade acredita pouco e pratica menos...

□ PROFECIA

Os jovens vivem numa encruzilhada na qual ressoam de maneira especial os problemas fundamentais da pessoa e da sociedade mas, ainda assim, com os seus gestos, palavras e actuações, denunciam o presente e anunciam o *sonho* ou a «pequena utopia» de uma sociedade distinta, mais comunitária e humanizadora, mais justa e fraterna. Ou seja: expõem, ainda que de modo balbuciante, o desejo de uma sociedade alternativa, uma vontade de ver as coisas de outra maneira, de viver de outra forma. Inventam símbolos e liturgias *laicas* que tentam dar nome e significado àquilo que se encontra no mais profundo das sensibilidades que ainda não conseguiram encontrar expressões sociais – e eclesiais – concretas. As suas vivências, o experimentado, o intuído e o sonhado... vão mais além da simples metáfora para se transformarem em «força profética» em prol do sentido. São três as direcções da profecia, por muito pequena que seja, que encarnam as novas gerações: 1/ *Pedido de acolhimento*, juntamente com a busca de pais e professores; 2/ *Denúncia da exclusão*; 3/ *Desejo de sentir-se necessários*.

- **PEDIDO DE ACOLHIMENTO**, de afecto: paradoxalmente, uma das notas iniciais com que se costuma caracterizar os jovens de hoje resume-se na ampla afirmação de que têm ou tiveram tudo. No entanto, receberam de tudo menos, talvez, a única coisa ou aquilo que mais necessitavam. Encheu-se-lhes a vida de coisas e esvaziou-se de afecto, de companhia, de modelos para aprender a viver (*autoridade*, pais e professores...).
- **DENÚNCIA DA EXCLUSÃO**: o nosso tempo é um «tempo de espera»... (longa, como bem sabemos). A *espera* que os jovens na nossa sociedade têm que suportar faz com que vejam a vida com a *filosofia* que melhor lhes convém. Que fazer quando uma pessoa está na «lista de espera», sabendo que a sua vez só chega depois de terem passado tempos e tempos? A sua resposta não deixa lugar para dúvidas: «Uma vez que a nossa vida não conta quase nada, não a levaremos a sério; é melhor brincar e divertir-se!». Divertir-se e até fazer pouco da vida não seriam se não respostas espontâneas para passar o tempo da melhor maneira possível, «fazer-se de parvo» (com a vida)... Mesmo que seja para fugir, acabam por considerar a vida como um simples espectáculo – pelo menos até serem acolhidos em qualquer *balcão* onde possam diligenciar o futuro. É claro que, enquanto se encontram na fila, a vida inteira perde valor ou torna-se algo muito relativo que pode ser usado numa aposta qualquer, por banal que seja... até perdê-la nessa tentativa!
- **DESEJO DE «SENTIR-SE NECESSÁRIOS»**: Os jovens tentam chamar a atenção de todos os modos possíveis. Pintam ou queimam caixotes do lixo não só, ou não tanto, porque querem pintá-los ou queimá-los, mas para escrever com um certo carácter indelével um recado que não se atrevem a dizer-nos na cara, ou não conseguem: «Embora quase ninguém pareça dar conta da nossa existência, nós existimos; estamos aqui: isto é para darem conta!». Assim... não só denunciam, também *anunciam* ou comunicam o desejo, a necessidade de um sentido não tanto filosófico mas concreto para alguém. «Ser necessário para outra pessoa» que tem necessidade de ti e sentir que contamos alguma coisa para ele, seja através da solidariedade, da ami-

zade ou do amor: três modalidades que os jovens utilizam para expressar a necessidade de servir, sentindo-se necessários; a necessidade de entrega a algo ou a alguém.

2.3. O DESAFIO FUNDAMENTAL: UMA «NOVA ALIANÇA» COM OS JOVENS

↳ *Desafio fundamental: UM NOVO MODO DE SER E VIVER.*

Os jovens já representam –e antecipam (dolorosamente como toda as iluminações novas)– um novo modo de ser e viver. Talvez isto seja mais claro através da conhecida imagem da **BÚSSULA** e do **RADAR**. Ora bem, o *homem-bússula* de antigamente – conforme a cujo modelo a maioria dos adultos foram educados – orientava a sua vida por um norte (mais ou menos) fixo, sempre o mesmo e igual para todos, que existia por si mesmo e assinalava a meta suprema do caminho humano. Pelo contrário, o novo *homem-radar* – do qual todos fazemos inevitavelmente parte e que configura já a estrutura das jovens gerações – guia-se por um ecrã de cujo centro parte um raio luminoso e vibrante que gira trezentos e sessenta graus em volta de si mesmo, com respostas sempre novas e transformadas mediante a trajectória. Enfim, ser homem-bússula não é melhor nem pior que ser homem-radar, ou vice-versa. A questão fundamental reside em tomar nota da diferença e aprofundar o seu significado, para não cair na tentação de crer que simplesmente por saber que os jovens são *diferentes* (de nós) já os conhecemos (algo semelhante ao que acontece com os emigrantes, os marginalizados em geral, os estrangeiros, etc., em relação a quem nos basta identificá-los com essas palavras, atrás das quais se escondem frequentemente tantos preconceitos e estereótipos, para catalogá-los e presumir com isso que já os conhecemos o suficiente).

↳ *Relação com os jovens: UMA «NOVA ALIANÇA»*

Enquanto o amor ou a caridade acentuam o protagonismo daqueles que querem, a palavra aliança – além das ressonâncias bíblicas – destaca a reciprocidade da relação – conjugando tanto o amor como o respeito e o direito à diferença daqueles a quem amamos –, ao mesmo tempo que enfatiza o vínculo e o compromisso.

- A Igreja, em geral, e as comunidades cristãs em particular, precisam de estabelecer uma nova aliança com os jovens, baseada no «acolhimento incondicional»: assim como Deus promete estar com o seu povo, apesar da infidelidade com que Israel vive a aliança, nós devemos colocar-nos «com e do lado» dos jovens. Uma «pedagogia da aliança», em suma, que exige a atitude educativa básica do acolhimento incondicional. Num mundo onde tudo é colorido com a tinta da utilidade, onde tudo se compra e se vende, onde mais do que amizade existe intercâmbio (o que importa é ter boas relações mais do que bons amigos), o acolhimento incondicional torna-se a *profecia* da praxis cristã por excelência.
- As questões precedentes remetem a uma *pastoral juvenil da partilha com os jovens tempos, espaços e temas*: o tempo da vida quotidiana, no espaço privilegiado da escola, para ressuscitar constantemente o tema do sentido; o tempo livre, tempo de rua e – oxalá! – de centro juvenil, para introduzir o tema da solidariedade numa identidade (tecida no *grupo de iguais*) exposta ao perigo do isolamento egoísta; o «tempo interior», amassado na solidão, para abrir espaços na invocação e na transcendência.
- Mais concretamente e perante a «*profecia dos jovens*» (*necessidade de afecto, denúncia da exclusão, desejo de «sentir-se necessários»*), a nossa: aliança e acolhimento gratuitos e incondicionais, expressos inicialmente no estar sempre do seu lado, ou seja, sentir e pensar «desde», com e para os jovens.
- «**PRE-OCUPAR-NOS**»: a despreocupação com que a nossa cultura e sociedade se relacionam com as novas gerações exige uma mudança de direcção, ou seja, devemos «pre-ocupar-nos» e ocupar-nos seriamente delas: os jovens devem *dominar* o nosso pensamento e ser os companheiros permanentes da nossa acção. *Pre-ocupar-nos* ou tê-los sempre previa-

mente em conta, em primeiro lugar para repensar tudo, a nossa vida incluída, «desde» os jovens. É óbvio que imaginar a partir de um ponto de vista diferente do nosso – confundido espontaneamente com «o ponto» de vista melhor – não é nada simples. E, em segundo lugar, ocupar-nos dos jovens, sentir e actuar «com» e «para» eles. Passar, através de decisões concretas, do «falar de» para o «falar com» e encarar a vida quotidiana com eles.

«Não está aqui... Vai adiante de vós para a Galiléia; ali o vereis» (Mar. 16,6-7). As palavras do «jovem» na manhã de Páscoa convidam-nos a pensar humildemente na «boa notícia». Cegos de alegria, pudemos meditar no facto de a vocação e a evangelização, de algum modo, consistirem em dar aos outros o que não tinham, como se em nós algo transbordasse, enquanto neles existia um óbvio vazio que era preciso preencher. Assim, talvez o jovem do sepulcro queira mostrar-nos a necessidade de ir em direcção aos outros, com a esperança de poder descobrir com eles e onde eles se encontram, no mais profundo das suas vidas, os vestígios do Ressuscitado que sempre nos precede e já está – incognitamente – no meio das pessoas. Como antigamente no caso das mulheres que iam ao túmulo, talvez também hoje esta mensagem «nos descoloque»: nós não temos um dom que os seres humanos não tenham; o Espírito de Cristo ressuscitado já foi derramado sobre toda a carne.

É preciso arriscar-se realmente, entrando profundamente em conversação com os homens e as mulheres, com os jovens dos nossos dias, como o próprio Jesus com os de Emaús: «Que palavras são essas que, caminhando, trocáis entre vós?» (Luc. 24,17). Quantas vezes, um tanto desalentados, concluímos que as pessoas parecem cada vez mais indiferentes aos religiosos e religiosas? Não seremos nós os indiferentes perante a sua vida? O Concílio Vaticano II exigiu-nos que nos apaixonássemos por todo o ser humano, convidando-nos a viver com empatia e compaixão “os gozos e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, [porque] são ao mesmo tempo gozos e esperanças, tristezas e angústias dos discípulos do Cristo. Não há nada verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração” (GS 1).

Mas, se é verdade que é preciso dispor-se para esse encontro e para caminhar a par e passo com os seres humanos de hoje, acolhendo companheiros de viagem imprevistos, devemos fazê-lo sempre com o olhar posto em Deus.

3 RECONSTRUIR

«Educar-nos» reconstruindo com os jovens a fé e a vocação cristãs

Já deixei claro onde me parece que se deve situar a vocação: na «provocação» do amor salvador, gratuito e incondicional de Deus, mais que nesse outro mundo – pouco claro – da «escolha-selecção» de uns poucos escolhidos. Não se pretende negar a clássica «teologia da vocação»; pelo contrário, é uma questão de afirmá-la verdadeiramente no contexto cultural onde, seguindo as formulações literais de antigamente, existe o perigo não só de se tornar pouco significativa mas de chegar inclusivamente a dizer hoje algo muito diferente – e até algo contrário – ao que se dizia antes.

Porque hoje, mais que «teo-logia», necessitamos de «teo-lógica». Ou seja, para pensar a vocação, temos que entrar na «lógica de Deus», mais do que construir discursos abstractos e essencialistas. E não há maior teológica do que a de um amor universal, criador e salvador. Somos seres que habitam um mistério cuja realidade, mais do que superar a nossa inteligência, ilumina-a. Esta é a sua luz: «Deus é amor», o que consiste em amar todos gratuita e incondicionalmente – e assimetricamente, deveríamos acrescentar. Somos seres desejados por Deus, seres com um destino divino: esta é a fé de Deus, a fé que Ele tem em nós.

3.1. «PRATICAR DEUS» (TEO-LÓGICA) E NARRAR A EXPERIÊNCIA HUMANA

A questão de «praticar Deus» não foi nem é algo óbvio, embora possa parecê-lo. Antes de nada, porque a nossa pobre psicologia – principalmente com o amor: que isto é Deus e é essa a questão – não deixa de nos pregar partidas. Também porque, desde as origens do cristianismo, a apropriação e interpretação da experiência de Jesus, por força da lógica humana, implicou uma dupla explicação: por um lado, seria necessário *conhecer Deus* porque era «a verdade»; por outro, *dever-se-ia praticar Deus* por ser «o amor». Apesar de o contexto cultural judaico e a própria linguagem bíblica terem entendido a verdade como fundamento da acção, a experiência cristã e a teologia dividiram-se entre uma interpretação que primava o (recto) conhecimento de Deus (*ortodoxia*) acima do «praticar Deus», ou seja, acima da acção ou construção do Reino (*ortopraxia*), e o «ágape» alicerçado na rocha firme do amor divino.

Os ocidentais têm um «pensamento substancialista» e, já nos primórdios, depois da inculturação grega, era difícil acreditar que se conhecia melhor Deus no seu fazer (*amor*) do que no seu ser (ente primeiro ou *primer motor*). Embora Jesus tenha evidenciado que a Deus não se pode conhecer mas sim praticar, por assim dizer, a interpretação do cristianismo optou por construir uma trama conceptual barroca que acentuava o conhecimento da verdade, enfatizava uma definição da fé como aceitação de um credo e regulamentava pormenorizadamente a «prática da religião». Não é uma questão de contrapor, mas sim de unir na sua justa medida; e de começar por onde se deve começar, «praticando Deus».

- Depois de Jesus, as primeiras comunidades narraram a sua *experiência* de vida e salvação, *traduzindo-a* pouco a pouco em «enunciados de fé» construídos com respeito ao esquema mental, a cultura e as circunstâncias da época. Expressar a fé que apoiava a experiência criava e cria, entre outras coisas, um problema agudo de linguagem e comunicação. Se os cristãos foram, durante muitos séculos, capazes de tornar tão credível e significativa a sua experiência ao ponto de evangelizar com tamanha convicção e com os resultados demonstrados, isso deve-se a várias condições que eles souberam seguir admiravelmente. Enuncio-as a seguir, aplicando-as à nossa situação.
- A *primeira* refere-se ao *enredo experiencial* daquilo que comunicavam. Tudo tinha como ponto de partida e referência aquilo que foi vivido com Jesus de Nazaré. É através do regresso à experiência que, por um lado, acedemos às intenções de fundo das Escrituras e da tradição e, por outro, reconhecemos a história hodierna dos avatares humanos. É preciso voltar constantemente à experiência: a *apalpar* o fundamento e recuperar o seu significado mais do que insistir nas formas; à experiência presente de como se vive a fé, se as suas formulações transmitem o fundamental e conduzem a uma praxis adequada, em vez de a um mero adoutrinamento.
- Em *segundo* lugar, os conteúdos da fé foram sendo organizados através de uma profunda *montagem antropológica*: descobria-se o sentido dos dinamismos humanos, à medida que estes últimos esclareciam e contribuía para a razoabilidade da fé. A palavra divina chegamos sob formas humanas, com todas as implicações que isso acarreta; e, do mesmo modo que a divindade de Jesus se realiza na sua autêntica humanidade, pode-se afirmar que a revelação de Deus «acontece» na realização do homem. Dito de outra forma: Deus quis *limitar-se* e, apesar de se nos revelar constantemente, só o consegue na medida em que o homem o descobre, aceita e compreende; por isso, quanto mais nos aprofundamos na condição humana, melhores serão as disposições para «dar conta» de quem nos fala sobre ela e daquilo que nos diz.
- A *terceira* condição: uma *praxis coerente* que servia para verificar o valor e sentido da mensagem. Nos primórdios cristãos, vivia-se com a constante preocupação de unir estreitamente as realidades que agora acabam por ser precisamente as mais problemáticas, isto é:

a identidade e orientação vital que a experiência dos seguidores de Jesus abarcava, com a comunicação e acção que realizavam as anteriores na vida concreta (= «praticar Deus», praticar a verdade... para além da ortodoxia ou a ortopraxis).

3.2. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, ACOLHIMENTO INCONDICIONAL E PROCURA DE SENTIDO

Dou por suposto – o que não significa dar por superado: 1/ Que a pastoral vocacional não pode entender-se se não dentro de uma praxis cristã com os jovens ou a pastoral juvenil que contém o aspecto vocacional como uma espécie de realidade transversal; 2/ Que devemos afastar-nos de qualquer pastoral vocacional que pareça um recrutamento, ou que simplesmente contenha estruturalmente contradições como a de querer apresentar a vocação cristã em geral e dar a impressão de que, pertencendo a esta ou aquela instituição religiosa, o objectivo oculto é mais específico e determinado, ou seja, um particular exercício de proselitismo. Com maior razão, seria absurdo que a vocação à vida consagrada pudesse entender-se como «escolha» e fuga do mundo, quando deve representar uma imersão mais radical nele e entre a gente.

Portanto, pensar a experiência cristã com e desde os jovens sem dúvida «descentra-nos» (o que não é igual ao forçoso «descentrar-nos e descentrar a Igreja») ou, melhor, desconcerta-nos.

- Torna-se habitual, nos nossos ambientes, encarar os problemas recorrendo ou começando – como se costuma dizer – «por onde tem que se começar sempre», ou seja: orando, escutando a Palavra de Deus, retirando-nos para reflectir e discernir, examinando os critérios e outras orientações da Igreja ou da congregação religiosa correspondente, enfim, colocando-nos diante do *sacrário* para que seja Deus a orientar-nos.
- Todas as coisas boas e aconselháveis. Mas, quando se trata de teologia prática em geral, e da pastoral juvenil em particular, são especialmente desaconselhadas como ponto de partida, já que facilmente nos empurram para a *mistificação* dos problemas: *desfocando-os* (em vez de analisar a situação e as pessoas dentro dela, os esforços dirigem-se à *aplicação* da «doutrina» ou a transferir «orientações» de um sítio para outro) e *espiritualizando-os* (as *situações* substituem-se ou suplantam progressivamente pelas *ajudas*, pelo bem que se pode e deve fazer em tais circunstâncias).
- Talvez ao exegeta ou ao teólogo dogmático se lhes exija começar e orientar-se preferencialmente recorrendo às Escrituras e à Tradição (embora imagine que, sem os homens e a história da actualidade, pouco poderão fazer com elas). Não é o caso da teologia pastoral nem da praxis cristã com jovens, cujo «lugar teológico» por excelência está na vida e situação das comunidades e das pessoas. Ou seja, os agentes e teólogos pastorais não se dedicam a interpretar a palavra de Deus para sugerir ou organizar os conteúdos dos projectos...; em vez disso, estabelecem um desenvolvimento inverso: *desde os jovens*, são os seus rostos, a sua vida... o lugar básico e o ponto de partida para «educar a fé». Em princípio, é uma questão de reflectir a fundo «com eles» como e por que é difícil ou impossível crer, e de reconstruir depois, com uma sinceridade radical e repensando aquilo que as Escrituras e a Tradição ensinam, o que queremos dizer-lhes ao falar de Deus, de Cristo, do Espírito ou da salvação. Muitos jovens cristãos não atingem a maturidade da sua fé na situação actual, entre outras razões por não conseguirem conciliar a sua busca de sentido com o que a comunidade eclesial tem para oferecer.

Orientação vocacional e praxis cristã com jovens [PJ]

ANIMADORES	Identidade (<i>espiritualidade cristã</i>) + competência (<i>educativa</i>)
JOVENS	«Vida em perigo»: restituir-lhes vida e esperança

OBJECTIVO	«Humanização» (<i>ética e mística</i>) para unir a fé e a vida
CRITÉRIOS/OPÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encarnação – Recuperar a ideia de «criação» (<i>amor/salvação</i>) ▪ Libertação, presente da salvação; esta, futuro daquela. ▪ «Cidadania»: nova chave educativa (<i>sentido/justiça...</i>)
PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Repensar a experiência cristã ▪ «Educar-nos» para reconstruir com os jovens (<i>religião/fé</i>) ▪ PROJECTOS, PROGRAMAS E ITINERÁRIOS (<i>opção vocacional</i>)
META DOS ITINERÁRIOS EDUCATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Primária</i>: cidadania cosmopolita e responsável ▪ <i>Fundamental</i>: autonomia e justiça, responsabilidade e compaixão para enfrentar a vida com o Espírito de Jesus e para formar cidadãos na Igreja e cristãos no mundo.

3.3. «EDUCAR-NOS» COM OS JOVENS ENFRENTANDO A VIDA COLECTIVA (*relações*)

Em princípio, já não é suficiente – se é que alguma vez o foi – que a acção pastoral se concentre no crescimento de cristãos responsáveis; há que fortalecer, ao mesmo tempo, a sua cidadania com idêntica exigência de responsabilidade. A respeito de tal exigência, ninguém possui a exclusividade acerca da questão «o que é ser cidadão e como sê-lo»; além disso, exige em si mesma o empenho e a participação de todos, sem que nenhum possa apropriar-se dela ou negar ao outro a liberdade de propor as suas próprias visões.

Algo parecido acontece com a educação. Se, por sorte, nesta altura poucos discutem que a pastoral juvenil se distingue como um caminho de *educação à fé*, onde ambas as realidades se entrelaçam até se fundirem em processos de *mútua implicação*, devemos ser escrupulosos com a identidade e autonomia do «facto educativo».

□ EDUCAÇÃO, EDUCAR

Antes de mais, a ideia de *educar* nunca pode ser sinónimo de moldar as novas gerações e inculcar-lhes os nossos melhores ideais. De modo que, na situação actual, temos de rever a fundo os conceitos de educação e instrução, distingui-los e até separá-los cuidadosamente. Afirmando a sua complementaridade, mas desmascarando a perniciosa confusão de entender a educação com a mesma óptica da instrução.

- O verbo transvazar e a acção do transvase funciona na aprendizagem, mas não na educação. Enquanto na instrução ou “no ensino há sempre algo que se trespassa desde uma pessoa que sabe a outra que ignora, desde uma que tem a outra que carece, desde quem dá a quem recebe; na educação não. Então – pergunta-se J.L. Corzo –, com que verbos nos educamos? Com os intransitivos: viver, crescer, aumentar, sair, surgir, florescer, frutificar, relacionar-se... Com eles muda completamente a acção educadora e compreende-se melhor que nos educamos juntos e, sobretudo, que *ninguém educa ninguém*”, porque ninguém cresce a ninguém, nem lhe surge, nem lhe floresce, nem lhe desenvolve..., nem o educa.
- Foi P. Freire quem o deixou claro: “Ninguém educa ninguém, assim como também ninguém se educa a si mesmo, os homens educam-se em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Educamo-nos juntos «mediatizados pelo MUNDO»: a realidade reclama a nossa relação com ela e é aí que todos jogamos o crescimento e desenvolvimento pessoal. No fundo, é a realidade vivida a única que verdadeiramente pode ser nossa educadora. Definitivamente, educamo-nos juntos enfrentando os desafios da vida colectiva; desse modo, cada qual vai construindo, vai crescendo como pessoa ao descobrir, confirmar ou reelaborar as relações implicadas na realidade que envolve a nossa existência.
- A educação não é algo que se dá e se recebe. Nós constituímo-nos e construímo-nos como pessoas, por assim dizer, nas **RELAÇÕES** que estabelecemos com os outros e com as coisas.

O desenvolvimento vital humano depende do crescimento ligado às relações que estabelecemos com a realidade, como a enfrentamos, o modo como nos afectam aquelas referências visíveis e conscientes com as quais tecemos livremente a nossa existência, ou às outras ocultas e até inconscientes. Florescemos ou murçamos conforme nos relacionamos mais e melhor, com mais ou menos realidades. A educação, assim como a possibilidade de ser educador ou educadora, passa por suscitar a consciência de todas essas relações, para assumi-las e responder a elas, ou seja, para ser responsáveis na altura de nomeá-las e reinterpretá-las.

□ SENTIDO E «JUSTIÇA»: HORIZONTE CRÍTICO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

A educação deve ser um exercício crítico e activo para que cada jovem descubra sentidos e relações que a «construção social da realidade» tende hoje em dia a ocultar ou deformar. Concretamente, as actuais condições da nossa «aldeia global» conduziram ao que J. Baudrillard qualifica como «crime perfeito», a substituição da realidade pela sua imagem. É esse crime – matar a realidade – que põe particularmente em causa a responsabilidade da educação para, por assim dizer, ressuscitar a realidade e o seu sentido, ao mesmo tempo que desmascara a falsidade ou a insuficiência dos retratos que a substituem. Não posso entrar em detalhes, mas a realidade mais evidente – quer queiramos vê-la quer não –, a realidade maior, é a **INJUSTA POBREZA** em que habitam quase 4.000 milhões dos 6.000...

Educar para a fé passa, então, por abrir os olhos e o coração, por *consciencializar* perante a realidade maior, a da injustiça e a pobreza – sem contentar-se simplesmente em abrir uma janela a perspectivas *particulares*; em construir entre todos o maior conhecimento possível deste mundo – sem reclusão e sem se *acostumar* ao pequeno mundo que nos circunda; em alcançar com essa mesma realidade relações que, embora críticas, sejam boas e permitam a aceitação de si próprio e dos outros. Tudo isto, consentindo em transcender ou *perfurar*, ao mesmo tempo, esse mapa da vida e história humanas para abri-lo ao mistério de Deus e – segundo diria Rahner – «saber, assim, infinitamente mais do que meros homens».

Um decurso pedagógico semelhante exige da pastoral juvenil pelo menos três opções cardinais: 1/ Traduzir e aplicar a fé e a religião como «sentido salvador», ou seja, restituindo vida – com a sua dignidade e seriedade –, palavra e esperança à existência concreta dos jovens; 2/ Situar os processos educativos na existência colectiva e quotidiana com modelos de pedagogia social que partam da pessoa em grupo, etc.; 3/ Envolver toda a gente, jovens e educadores, no processo de enfrentar a realidade tomando partido, com atitudes e compromissos concretos.

3.4. CIDADÃOS NA IGREJA, CRISTÃOS NO MUNDO:

SENTIDO, JUSTIÇA E «GRATUIDADE SALVÍFICA»

«Educar-nos» equivale a «aprender/ensinar-nos» a viver ou, ainda melhor, a conviver. Por outro lado, unicamente com a educação pode o ser humano chegar a sê-lo de verdade. Em comparação com outras muitas alternativas mais ou menos fracassadas (educação–transmissão de valores, etc.), parece que hoje podemos encontrar na «ideia de cidadania» a chave educativa que nos permite ir tornando-nos «o que somos»: ser cidadãos e cidadãs expressa fielmente aquilo que nos faz humanos.

□ PESSOA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL; POLÍTICA, ÉTICA E RELIGIÃO

Na história do Ocidente existem *duas narrativas* que expressam com especial clareza as dimensões irrenunciáveis do ser humano e, ao mesmo tempo, nos mostram com igual luminosidade as formas – também irrenunciáveis – da vida das pessoas. Refiro-me – seguindo o pensamento de Adela Cortina – ao *Génesis* do livro da Bíblia, como narração do «reconhecimento recíproco», e ao *Leviatã* de Hobbes – onde a palavra criadora é o «contrato». Pouco a

pouco, infelizmente, a segunda história absorveu a primeira, que acabou por ser praticamente o único modo de compreender os vínculos humanos. Essa deslocação significou uma grave perda quando se pretende entender as três dimensões essenciais da existência das pessoas: a *política* perde as suas raízes mais profundas, a *ética* passa a ser uma frágil moral do acordo, e a *religião* transforma-se, tantas vezes, em arma de arremesso ou em simples «direito canónico». Foi assim que apareceu uma *terceira narrativa* ou forma de entender os laços entre os seres humanos: o *republicanismo* ou o renascimento da narrativa aristotélica, na qual a comunidade política constitui a base para todas as formas de relação, ou seja, a «res publica» é anterior a qualquer outra forma de comunidade.

- Temos, portanto, três marcos («Génesis–aliança», «Leviatã–contrato» e «República–comunidade») para situar as diversas dimensões ou formas da vida humana (ética, política e religião). Antes de mais nada, há que dizer que as três perspectivas são necessárias: a aliança não é auto-suficiente porque correria o perigo de esquecer a autonomia, sem a qual se pode desprezar com facilidade a justiça; igualmente insuficiente por si só seria o contrato, já que as suas raízes se alimentam do reconhecimento mútuo; nem sequer a comunidade é auto-suficiente a partir do momento em que os laços contratuais das obrigações e direitos remetem também para as origens do sentido, aos fundamentos da vida comunitária (atenção: as gerações às quais ninguém contou a «narrativa das origens» acabam por se perguntar sobre por que se há-de respeitar e colaborar uns com os outros..., e não encontram resposta).
- Na óptica indicada, é possível entender e assumir que na cultura democrática ocidental sejam os direitos humanos, e não tanto a lei natural, o início ou a «evidência ética» a partir da qual se constrói o cidadão e o cristão. Reside aqui, portanto, o horizonte ético comum onde situar a plataforma do trabalho educativo com os jovens. Nesse sentido, junto com a identidade da pessoa como base da convivência social, faz também falta recuperar a centralidade de toda a comunidade humana como ponte entre o indivíduo e o Estado. Além disso, o eixo socioeducativo do novo paradigma cultural é a comunidade porque, por um lado, a autonomia pessoal só pode ser conquistada dentro do próprio grupo de pertença e, por outro, a comunidade torna-se imprescindível para unir coerentemente «o privado» e «o público».
- A possibilidade de superar os problemas fundamentais da vida moderna passa por sublinhar a importância da **PESSOA** e da **COMUNIDADE**: o ser humano é substancialmente «comunitário»; a coluna vertebral da comunidade, a **JUSTIÇA**. Finalmente, perante a situação mundial e com o «critério encarnação» na mão, o cristianismo hodierno será evangélico se for vivido em autênticas comunidades e se reforçar uma cidadania cosmopolita e justa.
- A sociedade civil e a política encontram o seu sentido no reconhecimento recíproco das pessoas; no entanto, a política e a sociedade reclamam e necessitam também dos contratos e pactos. A combinação de aliança, contrato e pacto serve para ajudar a desenvolver as três dimensões da pessoa: dimensão política, ética e religiosa. A questão capital (da «razão prática»): a articulação dessas três dimensões.
 - **POLÍTICA**: centrada na elaboração de «pactos e acordos consistentes».
 - **ÉTICA**: situada entre a «aliança» e o «acordo: pluralismo moral e «ética civil»...
 - **RELIGIÃO**: a «aliança» constitui o *húmus* e o projecto vital da religião.

□ CIDADANIA COSMOPOLITA E ARRAIGADA: SENTIDO, JUSTIÇA E «GRATUIDADE SALVÍFICA»

Chegou a altura da «cidadania activa», cuja identidade se concentra – em princípio – na síntese de justiça e pertença: “A racionalidade da justiça e o sentimento de pertença a uma comunidade concreta devem estar juntos, se quisermos assegurar cidadãos plenos e ao mesmo tempo uma democracia sustentável. [...] Elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias de

democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa com respeito às mesmas, seria um dos desafios do nosso tempo” (A. Cortina).

Esse também é um desafio fundamental para a praxis cristã com jovens – ou para a pastoral juvenil – para poder proporcionar uma terra firme à identidade cristã que, às vezes, se «aprende» como se fosse uma espécie de cofre que esconde, embeleza ou domina a realidade humana.

- Justiça e pertença devem *amassar-se* de tal modo que a cidadania activa adquira o rosto de uma cidadania democrática e intercultural, por outras palavras, de um «cosmopolitismo enraizado» que permita a todos identificar-se, em última instância, como cidadãos do mundo a partir da própria terra (comunitária).
- «Educar-nos», nesta perspectiva, ou seja, ter uma pastoral juvenil que queira edificar sobre a *rocha da* identidade humana traz consigo a exigência de prestar atenção a um conjunto de dimensões com as quais se vai compondo a realidade de um autêntico cidadão, a capacidade de viver como tal num mundo que é, ao mesmo tempo, local e global: cidadania política, social, económica, civil, intercultural.
- A progressiva realização da **IDEIA DE JUSTIÇA** – particularmente na história ocidental – alcança uma das suas metas mais importantes com a «Declaração Universal dos Direitos Humanos» (1948). A declaração contempla não só os direitos civis e políticos, mas também (nos artigos 22 ao 26) uma segunda geração de direitos, os chamados sociais. Em consequência, “cidadã é a pessoa a quem na sua comunidade política se reconhecem e protegem não só os direitos civis e políticos, mas também os económicos, sociais e culturais” (A. Cortina). Deste modo, os «**BENS DA JUSTIÇA**», aqueles que agora identificamos como (o mínimo da) qualidade de vida, são bens que todos os cidadãos, pelo simples facto de sê-lo, podem exigir na própria comunidade «por direito»; não se trata de favores ou presentes, mas sim de exigências de justiça.
- No entanto, existe outra esfera da existência humana, não tanto vinculada à autonomia e à justiça quanto à compaixão e à responsabilidade: aí residem os «**BENS DA GRATUIDADE**». Há uma grande quantidade de bens sem os quais a vida não pode ser boa e que têm a peculiaridade de que nenhum ser humano tem direito a eles, *nenhuma pessoa pode reclamá-los em estrita justiça*. Existe... o *carinho*, sem o qual se torna impossível sobreviver, o *sentido da vida* e a *esperança*, o *consolo* no tempo de tristeza, o *apoio* em situações de especial vulnerabilidade. Por assim dizer, ninguém tem o direito a ser consolado quando chega a tristeza; ninguém pode exigir esperança, se já não espera nada; ninguém pode reivindicar que alguém o contagie com ilusão, ninguém pode reclamar num balcão o sentido para a sua vida; ninguém tem o direito de ser amado quando a solidão o invade; ninguém tem direito a confiar que o fim da história não será o mais rotundo dos fracassos ou a mais insubstancial banalidade.



↳ A partir daqui, tudo está no descobrimento desse «**VÍNCULO MISTERIOSO**» que leva a partilhar o que não se pode exigir como um direito nem dar-se como um dever, porque entra no caminho largo da **GRATUIDADE** (para nós vinculada ao «acolhimento da salvação»: viver como salvos).

□ «**GRATUIDADE SALVÍFICA**» PARA ENFRENTAR A VIDA COM O ESPÍRITO DE JESUS

Em princípio, não só «cidadãos no mundo e cristãos na Igreja», mas também – e especialmente: **CIDADÃOS NA IGREJA, CRISTÃOS NO MUNDO**. Depois: educar no «cosmopolitismo arraigado».

- É verdade que nem para a pastoral juvenil em geral, nem para a orientação vocacional em particular, é suficiente educar ou construir o cidadão; mas também é verdadeiro que sem uma cidadania responsável também não se pode ser cristão. Concretamente há duas respostas específicas a outros tantos nós problemáticos da actual PJ: 1/ É necessário não separar nun-

ca, na construção da identidade dos jovens, a busca de sentido e da justiça; 2/ em resultado, há que evitar o perigo de um certo psicologismo que baseia demasiado os processos educativos na motivação e na psicologia evolutiva, para transportá-los dentro de uma pedagogia social que contenha também um projecto consistente de educação da vontade, dos sentimentos e dos desejos.

- Em conclusão, necessitamos de empregar um modelo de **PEDAGOGIA SOCIAL** que, tendo em conta as condições individuais, não se postule a partir da evolução da pessoa isolada – para depois estabelecer laços e redes de relação – mas sim ao contrário: projectar e programar itinerários onde as pessoas «se pensem num grupo e num contexto social» para que tomem aí consciência da sua identidade e das repercussões da mesma no ambiente em que vivem (deste modo, evitaremos o perigo de empregar modelos educativos individualistas e descomprometidos). Tal pedagogia social teria por base os valores e as virtudes cívicas basilares: a dignidade humana e a justiça, a liberdade e a igualdade, a tolerância ou, melhor, o «respeito activo» e a solidariedade, a honestidade e o diálogo.
- Depois, sobretudo e acima de tudo: a pastoral juvenil e a orientação vocacional devem conduzir (animadores e jovens) a construir uma autêntica **CONFIGURAÇÃO ESPIRITUAL CRISTÃ...**
- Todo o ser humano deve confrontar-se com a realidade, interpretar a sua existência e o que o rodeia, tomar posturas, etc., e, por isso mesmo (por ser capaz de conhecer, nomear, compreender, optar...), tem uma «vida espiritual» no sentido mais elementar do termo (inteligência com capacidade de ir mais além do material): seja mais ou menos consciente, ou queira ou não, está obrigado a confrontar-se com a vida. Este seria justamente o primeiro e essencial significado da espiritualidade.

▪ **ESPIRITUALIDADE FUNDAMENTAL**

A espiritualidade (*fundamental* e teologal), portanto, remete primordialmente à maneira como cada um unifica e orienta a sua resposta perante a situação, perante o real; ou seja, à base sobre a qual as pessoas constroem o seu projecto de existência. Portanto, confrontar-se com o real, antes de mais, exige respeitar a verdade da realidade: captá-la tal como é, e não inventá-la «ao nosso gosto», para responder às suas exigências. Não vale a pena insistir: a nossa é uma época que, com maestria inusitada e quando menos se imagina, perde o sentido, isto é, substitui a realidade pela sua imagem: “Vivemos num mundo em que a mais elevada função do signo é fazer desaparecer a realidade, e mascarar ao mesmo tempo essa desapareção” (J. Baudrillard). E assim... a realidade mais real, valha a redundância, a *realidade maior* está sempre lá, mesmo que olhemos para outro lado, mesmo que não queiramos ver. Não é outra se não o *abismo de injustiça* que separa uns seres humanos dos outros; o abismo infernal da injusta pobreza, acima de todo.

▪ **ESPIRITUALIDADE (ESPECÍFICA) CRISTÃ**

Se existe aquela, a *fundamental*, a sua concretização cristã representa uma «espiritualidade especial» ou específica que, conforme a observação anterior, consistiria em viver a fundamental segundo e «com o espírito» com que viveu Jesus de Nazaré que, ao encarar a realidade do seu tempo, verdadeiramente «se deixou levar pelo Espírito de Deus»: “O Espírito do Senhor é sobre mim, pois que me ungiu para evangelizar os pobres. Enviou-me a curar os quebrantados do coração, a pregar liberdade aos cativos, e restauração da vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano aceitável do Senhor. [...] Hoje se cumpriu esta Escritura” (Luc. 4,18-21; cf. Isa. 61,1-2).

Por aí conduziu o Espírito a Jesus com uma finalidade muito clara: restituir vida e dignidade aos que se encontravam despojados dela, injustamente tratados pelos seus próprios irmãos. Deus não está de acordo com situações similares e Jesus, desde o princípio, dedicou-se às pessoas mais desfavorecidas. Por isso, o Evangelho funde nitidamente a causa de Deus com a causa da humanização do homem. Por este lado, a consequência não pode ser mais conclusiva: a

espiritualidade cristã é um projecto que, mais do que centrar o sujeito em si mesmo, na sua própria perfeição ou santificação pessoal, o descentra e remete-o aos outros, orientando os outros como samaritano de todos.

Para os cristãos, então, viver com espírito não é se não reagir perante a realidade como Jesus, refazer ao longo da história os dois eixos em torno dos quais se estruturou a sua vida: relação profunda com o Abba (*quem sou?*) e paixão pela causa do Reino, a partir dos mais fracos (*o que tenho de fazer com a minha vida?*).

➡ Finalmente, a dádiva da salvação que Deus nos ofereceu em Cristo mostra-se no compromisso em libertar a vida humana de toda a escravidão que a torne desumana. O terreno da realização do plano salvífico divino é o terreno da realização da vida: Jesus nos ensinou que a relação mais profunda e fundamental é a que une Reino e vida, e não tanto Reino e religião. Com razão afirma J.M. Castillo que “o problema de Deus e o problema do sofrimento humano fundem-se de tal maneira e confundem-se numa forma que a todos nos transcende e que, por isso mesmo, nunca chegaremos a compreender em toda a sua profundidade. [...] O que Jesus veio ensinar foi que... *quem encontra o ser humano e se relaciona correctamente com ele, esse (e apenas esse) é o que encontra Deus*. Neste sentido, é correcto dizer que Deus se identifica com o ser humano... De maneira que quem «se humaniza» até ao mais profundo do seu ser e se relaciona com os outros, sejam quem forem, com sentimentos e acções de «profunda humanidade», esse, mesmo que nem sequer pense em Deus, nem saiba que Deus existe, na realidade esse é que encontra Deus na vida”.



▪ J.L. MORAL, *¿Jovens sin fe?*

Manual de primeiros socorros para reconstruir com os jovens a fé e a religião
Editorial PPC, Madrid 2007.

- J.L. MORAL, **Creado creador**
Apontamentos da história de Deus com o homem
Editorial Ccs, Madrid 1999.
- J.L. MORAL, **Ciudadanos y cristianos.**
Reconstrução da Teologia Pastoral como Teologia da praxis cristã
Editorial San Pablo, Madrid 2007.

Madrid, 30–31 de Outubro 2009.